

A diversidade indecente

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)



Em excelente artigo publicado no **Correio Braziliense**, o ex-ministro Raul Jungmann apresenta sua visão sobre a importância moral e a necessidade social de combater preconceitos e promover a diversidade — respeito e aceitação do outro, pela cor da pele, orientação sexual, religião ou gênero. Apesar da qualidade e relevância, o artigo manteve a tradição de ignorar o “rendismo”: a discriminação ao acesso a bens e serviços essenciais conforme a renda da pessoa (comida, educação, saúde). Também menciona que, aplicado à educação, esse preconceito é a principal causa dos outros preconceitos.

O respeito à diversidade nasce do que for ensinado nas escolas: na formação da mente e na definição de comportamentos. Ser ou não ser racista, homofóbico, machista, depende do que é ensinado nas famílias e nas salas de aula. Cada vez menos nas famílias e mais nas escolas. Apesar da percepção, no Brasil, o acesso à escola de qualidade com permanência até o final da educação básica com qualidade depende de um preconceito disfarçado: a renda da criança. Jungmann lembra que a abolição foi um gesto de respeito à diversidade, ao determinar que legalmente ninguém era mais escravo no Brasil.

Mas o sistema escolar mantém até hoje

“escolas senzala”, para pobres, “descendentes sociais” dos escravos, e “escolas casa grande”, frequentadas pelos “descendentes sociais” dos escravocratas, que podem pagar as altas mensalidades em instituições privadas ou que conseguem vaga em alguma das raras boas escolas públicas, quase todas federais. Pela abolição, brancos e negros tornaram-se iguais perante a lei, mas ricos e pobres continuam a ter direitos diferenciados, graças ao acesso desigual à educação plena e de qualidade.

Para ser plenamente alfabetizado hoje, é preciso saber ler, escrever e criticar em português, ser fluente em pelo menos um idioma estrangeiro; aprender a deslumbrar-se com as artes, ter competência e gosto para o debate sobre os temas de filosofia, política, antropologia e sociologia; indignar-se com a permanência da pobreza, desigualdade social, autoritarismo, corrupção e preconceitos contra as minorias.

Saber usar as ferramentas digitais para usufruir e trabalhar com elas; formar-se em pelo menos um ofício que permita emprego e renda; adquirir noções e gosto pela prática de solidariedade com vizinhos, compatriotas e toda a humanidade: respeitar os patrimônios cultural e natural e sua diversidade; querer participar da construção de sociedades pacíficas, com desenvolvimento sustentável, democrático e justo; ser capaz de obter educação continuada ao longo da vida nestes tempos de limites, incertezas, revoluções tecnológicas e conceituais e transformações geopolíticas; garantir a todos que desejarem, a base para concorrer à vaga nas universidades e nos cursos mais disputados. Essa educação necessária não é oferecida à maior parte dos brasileiros,

discriminados pelo rendimento.

Essa discriminação é executada pela falta de um Sistema Único Público de Educação Básica com máxima qualidade, permanência e equidade. Como consequência, o destino de cada brasileiro é definido desde o nascimento conforme a renda. Apesar de um negro rico poder frequentar a mesma escola que um rico branco, a pobreza tem cor preta porque a maior parte da população pobre é excluída da educação de qualidade devido ao rendimento.

O preconceito racial persiste porque a negação de escola de qualidade discrimina a população afrodescendente que, por falta de renda, tem suas crianças fora da escola de qualidade. As análises sobre preconceito e diversidade se mantêm no paradigma tradicional: não denunciam o rendimento na promoção educacional, na compra de anos de vida e de saúde e até mesmo no direito à liberdade — em função do poder de compra dos serviços jurídicos.

Por milênios, houve discriminação racial, mas a palavra racismo só nasceu durante o nazismo alemão para definir a discriminação contra os judeus. Depois, se expandiu para os outros tipos de preconceito racial. Mas, até hoje, a palavra rendimento não é aceita para definir o preconceito de renda que determina a negação do acesso aos bens e serviços essenciais — comida, saúde, escolaridade. O mesmo padrão moral aplicado à desigualdade na qualidade da educação é aplicado à desigualdade no acesso a bens e serviços supérfluos e suntuários. Além de imoral, essa visão é também estúpida, porque não é percebida como a causa de todos os demais preconceitos: a diversidade indecente determinada pela renda, impede o respeito às diversidades decentes.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (Interina) // circecunha.df@tabr.com.br



Crise em caixa alta

Dizer, como dizem por aí, que as investigações sobre os desvios no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) estão apenas no começo é também um modo de empurrar esse megaescândalo para um futuro distante. Muito já se sabe, e o que sabem pode, a essa altura, paralisar o governo por uma avalanche de comissões de investigação. A questão é que as CPIs começam de um jeito e, depois, viram outra coisa. E pior, atraem outras comissões de investigação paralelas, como é o caso de uma possível CPI sobre os negócios dentro da Itaipu. Se for pelo tamanho físico dessa empresa de energia, uma CPI seria igualmente gigante. Assim como as consequências que vêm depois, os escândalos seguem as práticas políticas vigentes.

No percurso, vão se descobrindo ligações, e ligações são sempre perigosas. Ainda mais quando feitas longe do que manda a Carta Magna. O que esse caso atual revela, logo de saída, é uma das mais graves crises de confiança entre aposentados e o INSS em décadas. O ponto pacífico é que o INSS internamente conhecia essas práticas. O lobby político também agiu para que tudo fosse acontecendo. Só a crença na impunidade pode fazer crer que tais práticas jamais seriam condenadas na justiça. Quando um sistema criado para garantir segurança e estabilidade financeira na velhice se torna vetor de fraudes bilionárias, o impacto ultrapassa o dano econômico — é também moral e institucional.

Segundo levantamento da Controladoria-Geral da União (CGU), 95,6% dos aposentados que registraram queixas não autorizaram os descontos associativos que lhes foram impostos. Em outras palavras, há fortes indícios de que os benefícios previdenciários foram utilizados como fonte de arrecadação clandestina, em um esquema cujas cifras estimadas superam R\$ 6 bilhões — valor que rivaliza com programas sociais inteiros. A suspeita recai sobre descontos compulsórios promovidos por associações e entidades com acesso privilegiado aos sistemas do INSS, o que acende um alerta: como essas entidades conseguiram aplicar essas cobranças sem autorização formal dos segurados? E mais: qual o papel do INSS na fiscalização ou omissão diante dessas irregularidades?

Além disso, um esquema de golpe ainda mais grave afetou aposentados e pensionistas com cobranças indevidas e irregulares de mensalidades. Estima-se que o rombo possa atingir até mais que os R\$ 6,3 bilhões, com os autores se beneficiando da dificuldade dos beneficiários em acessar canais de denúncia ou compreender os extratos complexos do sistema. Esse cenário exige resposta urgente. Não apenas do ponto de vista penal, com a responsabilização dos envolvidos, mas sobretudo no plano institucional e político.

A confiança dos aposentados — uma população em situação de vulnerabilidade — não pode ser restaurada com discursos vazios ou promessas genéricas. É preciso criar mecanismos de autenticação robustos, transparência nos extratos, canal de denúncias simplificado e, sobretudo, revisão dos critérios de autorização de descontos. Se nada for feito, o que hoje é fraude amanhã se tornará norma. E os que hoje são vítimas, amanhã serão apenas números em uma planilha que esconde o drama de milhões.

O sentimento de descrença que hoje toma conta de amplos setores da população brasileira não é fruto de teorias conspiratórias, mas de uma experiência histórica acumulada: escândalos de grandes proporções se sucedem, os desvios são revelados, os números impressionam — e, no fim, pouco ou nada muda. A percepção geral é de que a justiça não alcança apenas alguns, tampouco repara as vítimas.

Frase que foi pronunciada “Ressarcimento é crucial”

Advocacia-Geral da União (AGU), sobre a fraude no INSS

Melhora já

» Em frente à 2ª Delegacia da Asa Norte, há um ponto de ônibus como era em 1960: uma placa com um ônibus indicando o local de parada. Seis décadas depois, o passageiro fica debaixo de sol e chuva, sem proteção e sem ter onde sentar. E, para os carros que vêm atrás, não há recuo.

Estímulo

» Os cones que impedem a passagem dos carros no Eixinho de baixo durante domingo e feriado, para o acesso dos pedestres ao Eixão do Lazer, são inúteis. Os pedestres têm a segurança de atravessar nas passarelas, que não são utilizadas.

Escuridão

» Entre a 715 Norte e a 915 Norte, calçadas amplas são especiais para quem quer passar entre as árvores. Mas à noite tudo fica um breu. Os postes de luz do local não funcionam há dias.

Bis

» Foi aplaudida pelos moradores da Asa Norte a batida feita pela Polícia Militar nas moradias improvisadas na 911 Norte. Toda iniciativa que der mais segurança para quem mora por ali será reverenciada. A situação com pessoas em situação de rua na Asa Norte está sem controle e sem ação das secretarias do governo local.

História de Brasília

O que acontece, entretanto, é que falta cabo. O equipamento estrangeiro está todo em Brasília, mas os cabos, que são nacionais, a Novacap não os compra. É note-se que é um serviço autofinanciável, que, a quanto mais gente atender, melhor renda dará. (Publicado em 3/5/1962)



A culpa é da chuva

» LEONARD FARAH
Especialista em gestão de crises, CEO e cofundador da HUMUS, ONG de prevenção e resposta a desastres



São incontáveis as vezes em que ouvi essa frase — “a culpa é da chuva” — ser dita por autoridades após uma tragédia. Repito: incontáveis. Sempre que chego a um desastre, ouço alguém colocar a culpa em algo “inevitável”, como um fenômeno da natureza.

Mas desde quando a natureza virou desculpa para a negligência humana? Durante meus estudos no Japão, ouvi de um professor algo que nunca mais esqueci: “Terremotos não matam pessoas. Casas frágeis, sim.”

A lógica é direta e precisa. Deslizamentos não matam pessoas, mas, sim, moradias construídas em áreas de risco. Enchentes não matam pessoas, mas, sim, a falta de alerta, de rotas de fuga, de políticas públicas e de educação preventiva.

O Brasil tem memória curta e prevenção frágil. Desde 2009, estive presente em tragédias como Mariana, Brumadinho, o ciclone em Moçambique, os terremotos no Haiti e na Turquia, as chuvas em Petrópolis, São Sebastião, Recife — e, mais recentemente, nas enchentes catastróficas no Rio Grande do Sul. Posso afirmar com toda certeza: o povo brasileiro é solidário, se mobiliza. Mas não resolve.

Passado o susto, passa a vontade. Nas

semanas seguintes ao desastre, recebo dezenas de mensagens: “Precisamos expandir os programas da HUMUS para mais cidades!”, “Temos que fazer treinamento em prevenção!”. Mas, conforme a água vai baixando, vai junto a vontade de fazer diferente.

O resultado é trágico e bilionário. Segundo o relatório Climate and Catastrophe Insight 2025, os desastres naturais causaram US\$ 368 bilhões em perdas econômicas em 2024 — 14% acima da média do século. Apenas 40% desses prejuízos foram cobertos por seguros. O restante recaiu sobre as costas dos mais pobres, dos pequenos comerciantes, das famílias que perderam tudo.

No Brasil, o estado do Rio Grande do Sul registrou, há um ano, o maior desastre climático da sua história. Mais de R\$ 7 bilhões em perdas econômicas estimadas, milhares de famílias desalojadas e um rastro de destruição que vai atrasar a economia regional por anos. O que se perde não são apenas casas — são negócios, empregos, escolas, histórias de vida.

E o pior: muito desse sofrimento era evitável. Cada dólar investido em prevenção economiza de US\$ 10 a 15 em resposta e reconstrução, segundo o mesmo relatório. Mas essa conta não aparece nas planilhas orçamentárias. Porque a prevenção, apesar de eficiente, é invisível.

É como um garçom que, ao ver o chão molhado no restaurante, corre para colocar a plaquinha de “piso escorregadio”. Ninguém escorrega. Ninguém se machuca. Ninguém vai parar no hospital. Não tem manchete. Mas foi a prevenção que salvou.

Agora imagine o contrário. Sem a placa de

aviso, alguém escorrega, bate a cabeça, chama uma ambulância, interna, faz tomografia, cirurgia, fisioterapia. O custo é incalculável. Mas agora temos um nome, um CPF, uma vítima. E, aí, sim, o sistema se mobiliza.

A prevenção é a heroína anônima da história. E como toda heroína invisível, ela não é valorizada. Em uma das cidades atingidas no Rio Grande do Sul, uma bombeira que havia feito o treinamento da HUMUS conseguiu alertar toda a população com antecedência. Resultado: nenhuma vítima. Todos salvos. Mas essa cidade não saiu no jornal, não recebeu doações, não ganhou likes. Enquanto a cidade vizinha, com dezenas de mortos e casas soterradas, recebeu tudo — recursos, mídia, atenção.

Estamos premiando o caos e punindo a competência. Enquanto isso, seguimos alimentando a “indústria do desastre”. Pessoas bem-intencionadas que doam, por impulso, R\$ 100. Esses valores se perdem na cadeia de doações: viram garrafinhas de água que demoram semanas para chegar ao destino. Às vezes, quando chegam, já não são mais necessárias. É pior: quebram o comércio local que poderia fornecer água, gerando mais crise.

O desastre é um vilão visível. A prevenção é uma salvadora silenciosa. E, por isso, seguimos no ciclo. E esse ciclo vai piorar. Os eventos extremos vão se intensificar. As mudanças climáticas vão acelerar as tragédias. O Brasil continuará vendo cenas de carros sendo arastados, crianças soterradas, abrigos improvisados. E a economia enfraquecendo.

Enquanto isso, em frente às câmeras, alguém vai dizer: a culpa é da chuva.